



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 1
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

**EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2018-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3983/2018-ALEMA

**POSSUI GRUPOS EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI (GRUPOS 2, 3, 5, 6, 7 e 8)
POSSUI GRUPOS DE AMPLA CONCORRÊNCIA (1 e 4)**

OBJETO: Registro de preços de materiais de “chaves, contatores e disjuntores”, para Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão – ALEMA.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 20 de dezembro de 2018

HORÁRIO: 09:00h (horário de Brasília - DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

E-MAIL: cpl@al.ma.leg.br

CÓDIGO UASG: 926840

PREGOEIROS: Alexandre Henrique Pereira da Silva, Andre Luis Pinto Maia, Sheila Maria Tenório de Britto, Christian Noletto Costa e Gabriel Manzano Dias Marques

EQUIPE DE APOIO: Camila Correia Lima de Mesquita, Thalyta Regina Cruz Costa, Fernando Fillipe Santos Marques, Teresa Angélica Batista Assunção Machado, Reginaldo Santos Campos e Juliene Lima da Paz.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 2
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2018-CPL/ALEMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3983/2018-ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

EDITAL

A Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão vem por meio de seu Pregoeiro, infra constituído e designado pela Resolução Administrativa Nº 642 de 6 de julho de 2018 publicada no Diário Oficial da ALEMA do dia 09 de julho de 2018, trazer a público, na forma da Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Decretos 5450/2005 e 344/2006, Resoluções Administrativas nº 1271/2007 e nº 788/2011 deste Poder, além de outras normas aplicáveis a este certame, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

1.1. O Edital encontra-se disponível no site da ALEMA www.al.ma.leg.br, no **COMPRAS NET** <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>, ou por pen-drive na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL na sede da ALEMA.

1.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, salvo comunicação em contrário.

1.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.

1.4. Qualquer divergência entre EDITAL e seus ANEXOS, prevalecerá o EDITAL.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto o registro de preços de “**chaves, contadores e disjuntores**”, nos termos, especificações e quantitativos do Termo de Referência (Anexo I) e Planilha Orçamentária (Anexo VI).

2.1.1. Considerando as dificuldades em estabelecer especificações no sistema eletrônico, caso haja divergência entre as especificações constantes do sistema e as do Termo de Referência, serão consideradas como válidas as do Termo de Referência, logo, serão estas as que os Licitantes deverão se ater no momento da elaboração da proposta.

2.2. A quantidade dos materiais indicada no Termo de Referência é apenas estimativa de consumo e será solicitada de acordo com as necessidades da ALEMA, enquanto Órgão Gerenciador, podendo ser utilizada no todo ou em parte.

2.3. O valor máximo total para esta licitação é de **R\$ 374.445,68 (trezentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos)**, conforme Planilha Orçamentária, ANEXO V deste Edital, cuja Dotação Orçamentária está enquadrada:



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 3
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

Unidade Gestora: 010101 – Assembleia Legislativa. Unidade Orçamentária: 01101; Projeto Atividade: 4628 – Atuação Legislativa; Plano Interno: Manutenção; Natureza da Despesa: 3.3.90.30 – Material de consumo; Subitem de Despesas: 3.3.3.90.30.16 – material elétrico; Fonte de Recursos: 0101000000: Recursos do Tesouro – Exercício atual.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.2. Os pedidos de impugnação ou solicitação de esclarecimentos deverão ser encaminhados ao Pregoeiro por meio eletrônico, através do e-mail **cpl.certame@al.ma.leg.br** ou protocolados oficialmente de segunda a sexta-feira, na sala da Comissão Permanente de Licitação – CPL, sob pena de não conhecimento, no Palácio Manoel Beckman, Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, sala 115, Sítio Rangedor, Calhau, São Luís/MA, no horário das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda a sexta-feira.

3.2.1. As Impugnações deverão ser encaminhadas em até 2 (dois) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas; e os Esclarecimento em até 3 (três) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas.

3.2.1.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Havendo impossibilidade de cumprimento do prazo, será informado dos motivos por meio eletrônico.

3.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizados no sistema eletrônico para os interessados.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

4.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.1.2 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a CPL responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.1.3. O licitante será inteiramente responsável por todas as transações que forem realizadas em seu nome.

4.1.4. Informações complementares sobre o credenciamento poderão ser obtidas pelo telefone: 0800 9782329 ou através do sítio: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 4
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

4.2. Não poderão participar deste Pregão:

- 4.2.1.** Empresa suspensa de participar de licitação e impedido de contratar com Estado do Maranhão, durante o prazo da sanção aplicada;
- 4.2.2.** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 4.2.3.** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 4.2.4.** Empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto compatível ou pertinente com o deste Pregão;
- 4.2.5.** Empresa que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial, recuperação extrajudicial, falência, concordata, fusão, cisão ou incorporação;
- 4.2.6.** Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;
- 4.2.7.** A simples apresentação da proposta implica, por parte do licitante, de que inexistem fatos que impeçam a sua participação na presente licitação, eximindo assim o Pregoeiro do disposto no art. 97 da Lei nº 8.666/93.
- 4.2.8.** Poderão participar desta licitação as pessoas jurídicas que tenham ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Pregão expresso no ato constitutivo ou contrato social, e que atendam a todas as exigências quanto aos requisitos de classificação das Propostas de Preços e à documentação de habilitação.

5. DA VISTORIA

5.1. Não se exigirá que a **licitante** realize vistoria do local de entrega do bem.

6. DA PROPOSTA

6.1. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.1.1. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor unitário ofertado para o item, com no **máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.1.2. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

6.1.3. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, sob pena de inabilitação, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 5
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

6.1.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

6.1.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

6.1.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.2. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

6.2.1. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

6.2.2. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

6.2.3. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

6.3. As propostas terão validade de **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

6.3.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Instrumento Contratual, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

7.1.1. Os fornecedores deverão permanecer logados e aguardando o início dos trabalhos por até meia hora (30 trinta minutos) além do horário estipulado para início da sessão. Após esse prazo não havendo início da sessão a mesma deverá ser remarcada com ampla divulgação.

7.1.2. Aberta a sessão pública virtual do certame, as propostas de preços serão irretroatáveis, não se admitindo retificações ou alterações nos preços ou nas condições estabelecidas, salvo quanto aos lances ofertados, na fase própria do certame.

7.1.3. Após a abertura da sessão pública virtual não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

7.1.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances (art. 13, inciso III, do Decreto nº 5.450/2005).



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 6
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

7.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre O Pregoeiro e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, do Decreto nº 5.450/2005).

7.3.1. É obrigação da licitante o retorno aos trabalhos na hora e data designadas após a suspensão da sessão. A suspensão da sessão, data e hora de retorno serão comunicadas a todos através do Chat e quando possível também será realizada a suspensão da sessão via sistema.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.2. Somente as **licitantes** com propostas classificadas participarão da fase de lances.

8.2.1. O Pregoeiro não poderá desclassificar propostas em razão da oferta de valores acima do preço inicialmente orçado pela Administração na etapa anterior à formulação de lances (Acórdão TCU nº 934/2007- 1ª Câmara).

9. DA FASE DE LANCES

9.1. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

9.2. A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

9.3. Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

9.4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.

9.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

9.5.1. Na fase competitiva, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances de licitantes diferentes não poderá ser inferior a 3 (três) segundos (IN nº 3/2013-SLTI/MP).

9.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

9.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do **Pregão** será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 7
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

9.9. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.

9.10. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

10. DA AMOSTRA

10.1. Não será exigida amostra.

11. DA NEGOCIAÇÃO

11.1. O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à **licitante** que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

11.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais **licitantes**.

12. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

12.1. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, em arquivo único, no prazo de 02 (duas) horas, contadas da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema Compras Governamentais. Não será permitido o encaminhamento por e-mail, exceto se expressamente determinado pelo Pregoeiro.

12.1.1. A **Proposta de Preços e seus Anexos deverão ser enviados devidamente preenchidos, contendo a marca (quando houver) e referência da peça (quando houver) junto com a proposta cadastrada pelo sistema eletrônico, em um único arquivo, para leitura, preferencialmente, em programas de informática comuns, tais como “Word”, “Excel” ou “BROffice”, podendo ainda ser compactado a critério do licitante.**

12.1.2. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

12.1.3. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados: Palácio Manoel Beckman, Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Calhau, São Luís/MA, CEP: 65071-750, endereçado para a Comissão Permanente de Licitação.

12.1.3.1 A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta seção, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

12.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

12.2.1. Após a fase de lances, estando o preço acima do estimado, poderá o pregoeiro, de imediato, declarar o item/grupo fracassado por impossibilidade de contratação.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 8
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

12.2.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos vinculados a este poder ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

12.2.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

12.2.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

12.2.5. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global, **do item ou do grupo**, superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

12.2.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.

12.3. Os Licitantes deverão, se for solicitado, ainda apresentar junto com a proposta:

12.3.1. Catálogos e material(is) ilustrativo(s) original(is) ou cópia(s) em português, referente(s) ao(s) modelo(s) ofertado(s), comprobatório(s) da descrição técnica apresentada na sua proposta original.

12.3.1.1 Somente serão considerados válidos catálogos impressos pela internet, desde que este possibilite a averiguação completa e compatível com a descrição do objeto requisitado e conste a origem do site oficial do fabricante e que informe a **“FONTE” (endereço completo)** do respectivo documento.

12.3.2. Não serão consideradas propostas que forem cópia fiel da descrição técnica contida neste Termo de Referência, quando o catálogo ou folder for incompatível com a referida descrição. Os proponentes deverão obrigatoriamente mencionar na proposta todos os itens solicitados, citando as características próprias do(s) objeto(s) ofertado(s), em português. O(s) item(ns) não informado(s) poderá(ão) ser considerado(s) como não atendido(s).

12.3.3. Sempre que achar necessário, o Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar documentação técnica/ catálogos para sanar dúvidas referente aos objetos ofertados.

13. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

13.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do Sicafe (habilitação parcial) e da documentação complementar especificada neste Edital.

13.2. As licitantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

13.2.1. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011;

13.2.2. Certidão Negativa de Falência ou Concordata ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor local ou da sede da pessoa jurídica ou domicílio da pessoa física, dentro do prazo de validade.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA

FLS. Nº 9

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

13.2.3. Atestado(s) ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) o desempenho de atividade de fornecimento de objeto pertinente e compatível com o da licitação. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser impresso(s) em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado(s) por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função e descrição dos produtos entregues.

13.3. Ao fornecedor inscrito no SICAF, cuja documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida, no referido Sistema, será obrigatória a apresentação da documentação atualizada à Comissão de Licitação ou ao Pregoeiro, conforme o caso, no momento da habilitação; (alterado pela Instrução Normativa nº 5, de 18 de junho de 2012).

13.4. De forma a facilitar a conferência dos anexos enviados, sugerimos que identifiquem cada documento enviado com o número correspondente no edital.

13.5. As declarações e outros documentos julgados necessários à habilitação, quando produzidos pela própria licitante, deverão estar emitidas em papel timbrado e conter data, identificação e assinatura do titular da empresa ou do seu representante legal.

13.6. Realizada a habilitação parcial, será verificado eventual descumprimento das vedações elencadas no Item 4 – Condições de Participação, mediante consulta ao:

a) Sicaf, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93;

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

c) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

13.7. As consultas previstas na Condição anterior realizar-se-ão em nome da sociedade empresária licitante e também de eventual matriz ou filial e de seu sócio majoritário.

13.8. Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços indicado no item “12.1”, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais, no mesmo prazo estipulado na mencionada condição.

13.8.1. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

13.8.2. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.

13.8.3. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 10
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

13.8.4. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

13.9. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores–SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista.

13.9.1. Habilitação jurídica:

a) no caso de empresário individual: requerimento do empresário devidamente registrado na junta comercial.

a.1.) sendo microempreendedor individual- MEI: comprovação de sua qualidade por meio de Certificado da Condição do Microempreendedor Individual (CCMEI), emitido pelo Governo Federal no Portal do Empreendedor, de acordo com Resolução CGSIM n. 16, de 17 de Dezembro de 2009;

b) no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto, ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

c) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

d) no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) no caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.9.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e com a Seguridade Social (INSS), mediante Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 11
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Débitos Fiscais e Dívida Ativa) do domicílio ou sede do licitante;

13.9.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.9.2.2. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, ou sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.9.2.3. A seu critério o pregoeiro poderá diligenciar a sítios eletrônicos emissores de certidões para verificar a situação das licitantes, suprindo assim, eventuais dúvidas ou omissões.

13.9.3. Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no nível da Qualificação econômico-financeira, conforme Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, avaliada pelo Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC) os quais deverão ser iguais ou maiores que 1 (um), aplicando-se as seguintes fórmulas:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \geq 1$$

$$ILC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

b.1) As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis. Caso o Memorial não seja apresentado, o Pregoeiro se reserva o direito de efetuar os cálculos;

b.2) A licitante que apresentar resultado **MENOR QUE UM** nos **Índice de Liquidez Geral (ILG) e Índice de Liquidez Corrente (ILC)** deverá comprovar Capital Social ou Patrimônio Líquido mínimo correspondente a **10%** (dez por cento) do valor anual estimado para serviços;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 12
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

b.3) Na hipótese de alteração do Capital Social, após a realização do Balanço Patrimonial, a licitante deverá apresentar documentação de alteração do Capital Social, devidamente registrada na Junta Comercial ou Cartório em que o Balanço for registrado;

b.4) Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

b.4.1) Publicados em Diário Oficial; ou

b.4.2) Publicados em jornal de grande circulação; ou

b.4.3) Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou

b.4.4) Por cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, acompanhada obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Encerramento.

b.5) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis deverão estar assinados por contador devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

b.6) A pessoa jurídica optante do **Sistema de Lucro Presumido**, que no decorrer do ano-calendário, mantiver Livro Caixa nos termos da Lei Federal nº 8.981/1995, deverá apresentar, juntamente com o Balanço Patrimonial, **cópias dos Termos de Abertura e Encerramento da Livro Caixa;**

b.7) As pessoas jurídicas obrigadas à Escrituração Contábil Digital – ECD deverão apresentar o Balanço Patrimonial e os Termos de Abertura e Encerramento do Livro Contábil Digital, acompanhado do Termo de Autenticação expedido pela Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. **Estes documentos deverão ser impressos diretamente do SPED.**

c) As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais não precisam apresentar balanço patrimonial já exigível do último exercício financeiro se cotarem apenas itens exclusivos e/ou cota reservada de 25%.

13.9.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

a) Atestado(s) ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o desempenho de atividade de fornecimento de objeto pertinente e compatível com o da licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função e descrição dos produtos entregues.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 13
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

13.10. A validade dos documentos será a neles expressa, ou estabelecida em lei, admitindo-se como válidos, no caso de omissão, aqueles emitidos a menos de **120 (cento e vinte)** dias.

13.11. Se a proposta não for aceitável, se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a amostra for rejeitada, O Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

13.12. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes.

13.13. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a **licitante** será declarada vencedora.

14. DOS BENEFÍCIOS DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

14.1. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

14.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

14.1.1.1. A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.2.2. A declaração do vencedor de que trata o subitem imediatamente anterior acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, conforme estabelece o art. 4º, inciso XV, da Lei Federal nº 10.520/2002, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

14.2.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, sem prejuízo das sanções administrativas previstas no **item 17** deste Edital.

14.3. O item I será exclusivo para ME, EPP, MEI; o item II e III, por sua vez, terão, respectivamente, a reserva de cota de 25% (por cento) para ME, EPP, MEI.

14.4. Nos lotes não exclusivos para ME, EPP ou MEI quando a diferença da primeira colocada não beneficiária da Lei 123/2006 e a segunda colocada, quando esta for ME, EPP ou MEI não for superior a 5% (cinco por cento) o sistema facultará automaticamente a possibilidade de exercer o desempate em razão do empate ficto, vide arts. 44 e 45 da Lei 123/2006.

15. DO RECURSO ADMINISTRATIVO

15.1. Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo mínimo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 14
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

15.1.1. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

15.1.2. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

15.1.3. A licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

15.2. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei nº 8.666/1993, fica a vista dos autos deste processo franqueado aos interessados.

15.3. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

15.4. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA LICITAÇÃO

16.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

16.2 . A homologação deste Pregão compete ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Após a publicação da homologação do resultado deste Pregão, as licitantes vencedoras e, se houver, as licitantes que aceitaram integrar o CADASTRO DE RESERVA, serão convocadas pela Comissão Permanente de Licitação – CPL para assinar a Ata de Registro de Preços, observado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, independentemente de convocação, contado da data de publicação da homologação.

17.1.1. O prazo para assinar a Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado quando solicitado pela licitante, durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela ALEMA.

17.2. A recusa em assinar a Ata de Registro de Preços, sem motivo justificado e aceito pela ALEMA, implicará na aplicação das sanções previstas no **item “19”** deste Edital.

17.3. A Ata de Registro de Preços será firmada entre a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e as licitantes vencedoras e, se houver, as empresas que aceitaram formar o CADASTRO DE RESERVA, para atendimento de demandas das Unidades Requisitantes.

17.4. O extrato da Ata de Registro de Preços será publicado nos meios oficiais assim como divulgado no site da ALEMA de forma a permitir aos órgãos e entidades que não participaram da licitação a possibilidade de aderir à Ata nas condições estabelecidas.

17.5. Após cumpridos os requisitos de publicidade, a Ata de Registro de Preços terá efeito de



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 15
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

compromisso da execução do fornecimento, para futura contratação, obrigando-se a Beneficiária do registro e a ALEMA ao cumprimento de todas as condições ali estabelecidas pelo prazo de 12 (doze) meses.

17.6. As condições para formalização da Ata de Registro de Preços, sua alteração, cancelamento, prazos, normas para futuras aquisições, assim como as demais condições do compromisso, constam da Minuta da Ata de Registro de Preços, ANEXO VIII deste Edital.

17.7. Os processos de compras deverão ser encaminhados para consulta prévia da Comissão Permanente de Licitação – CPL a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados.

17.8. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados de sua publicação, conforme dispõe o artigo 15, § 3º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c art. 13 do Decreto Federal nº 7.892/2013.

17.9. A Ata de Registro de Preços não obriga a ALEMA a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição dos materiais pretendidos, hipótese em que ficará assegurado à Beneficiária a preferência na contratação, desde que a sua Proposta atenda às mesmas condições da licitante vencedora, consoante dispõe o art. 3º, § 2º e § 4º, do Decreto Federal nº 7.892/2013.

17.10. A Ata de Registro de Preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por órgãos e entidades da Administração Pública ou entidades privadas que não tenham participado do certame licitatório (“Carona”), mediante prévia consulta à CPL para adesão, desde que devidamente comprovada a vantagem e observadas as normas em vigor.

17.10.1. Os órgãos e entidades que não participaram do Sistema de Registro de Preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão formalizar o processo administrativo de adesão junto à CPL que se manifestará quanto à possibilidade de adesão.

17.10.2. Caberá à empresa Beneficiária da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que este novo compromisso não prejudique as obrigações presentes e futuras assumidas com a ALEMA.

17.10.3. As aquisições adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão.

17.10.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços, independentemente do número de órgãos não participantes que venham a aderir.

17.10.5. A CPL não responde pelos atos praticados no âmbito do órgão participante e do carona.

18. DA ORDEM DE FORNECIMENTO

18.1. As contratações com a vencedora do certame serão formalizadas pela ALEMA por meio de Ordem de Fornecimento ou Contrato, a critério da ALEMA, aplicando-se a critério, a hipótese prevista no art. 62, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993 c/c art. 13, § 1º, da Resolução nº 788/2011-ALEMA.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 16
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

18.2. A Beneficiária será convocada pelo Gestor do Contrato para retirar a Nota de Empenho da Despesa e assinar a Ordem de Fornecimento ou o Contrato, quando houver, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da convocação, sob pena de decair ao direito de contratação.

18.2.1. O prazo para a assinatura da Ordem de Fornecimento ou Contrato, quando houver, estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado por igual período quando solicitado pelo beneficiário da Ata de Registro de Preços durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela ALEMA.

18.3. No ato da assinatura da Ordem de Fornecimento ou do Contrato, a Beneficiária deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) todos os documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidos Edital;
- b) certidão Negativa de Débito com a CAEMA (Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão), conforme Decreto estadual nº 21.178, de 26 de abril de 2005;
- c) certificado de Regularidade expedido pela Superintendência Regional do Ministério do Trabalho no Maranhão, consoante a Lei Estadual nº 9.752, de 10 de janeiro de 2013.

18.4. Antes da emissão da Nota de Empenho, enquanto condição para celebrar a contratação, a ALEMA procederá consulta prévia ao Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI para a verificação da situação da Beneficiária em relação às obrigações pecuniárias vencidas e não pagas, consoante determina o art. 5º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

18.4.1. Caso exista registro de débito no CEI, a BENEFICIÁRIA estará impossibilitada de contratar com a ALEMA ressalvadas as hipóteses estabelecidas no art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 6.690/1996.

18.5. É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Pregão.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Se alguma licitante, injustificadamente, recusar-se a manter sua Proposta de Preços durante o prazo de validade; deixar de apresentar a Proposta de Preços Adequada; não comparecer ou recusar-se a assinar o instrumento contratual; não comparecer ou recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou a assinar a Ordem de Fornecimento, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, a teor do disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- b) multa de 2% (dois por cento) do valor global da Proposta de Preços, devidamente atualizada.

19.2. O atraso injustificado na entrega ou substituição dos produtos sujeitará a Contratada à aplicação das seguintes multas de mora, garantida a ampla defesa e o contraditório:

- a) multa moratória diária de 0,02% (dois centésimos por cento), incidente sobre o valor total dos produtos entregues com atraso, até o limite de 10% (dez por cento);



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 17
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

- b) multa moratória diária de 0,02% (dois centésimos por cento), incidente sobre o valor total dos produtos reprovados no recebimento provisório ou que apresentem defeito de fabricação ou impropriedades, até o limite de 10% (dez por cento).

19.3. Além da multa aludida no item anterior, a ALEMA poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à Contratada, nas hipóteses de inexecução total ou parcial da Ordem de Fornecimento:

- a) advertência;
- b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.4. As sanções previstas nas alíneas 'a', 'c' e 'd' poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea 'b'.

19.5. Caberá ao Gestor/Comissão de Fiscalização propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

19.6. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela ALEMA.

19.7. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das Propostas, a Assembleia, se julgar necessário, poderá adiar a sessão de abertura do certame por razões administrativas e ainda modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação, reabrindo-se a validade inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta ou a documentação de habilitação.

20.2. Ao Presidente da ALEMA compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considera-lo inoportuno ou inconvenientes diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

20.3. O pregoeiro poderá, em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos devendo promover o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos trabalhos na Ata circunstanciada da sessão.

20.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 18
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

20.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.6. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.7. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão

20.8. Os licitantes ficam informados sobre os termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a Administração Pública, em especial, ao constante no art. 5º, inciso IV, correspondente aos procedimentos licitatórios, indicando que qualquer indício de conluio, ou de outra forma de fraude ao certame, implicará aos envolvidos as penalidades previstas no mencionado diploma legal.

20.9. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de São Luís, Estado do Maranhão, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20.10. Integram o presente Edital, independentemente de transcrição, todos os seus ANEXOS, a saber: Anexo I – Termo de Referência, Anexo II- Planilha Orçamentária, Anexo III e/ou IV Minuta do Contrato e/ou Ordem de Fornecimento.

São Luís/MA, _ de _____ de 2018.

Pregoeiro Oficial da CPL/ALEMA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA
FLS. Nº 19
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2018-CPL/ALEMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2018-ALEMA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência trata do registro de preços de **materiais elétricos de consumo na espécie: Chaves, Contatores e Disjuntores**, visando o atendimento desta Casa Legislativa. As especificações, condições e quantidades estimadas constam neste Termo de Referência, a seguir descritas.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A aquisição do objeto em epígrafe se justifica em razão da necessidade de efetuar as manutenções e ampliações das instalações elétricas desta Casa Legislativa, visando atender as constantes e reiteradas demandas por parte dos Deputados e áreas administrativas, no intuito de manter o pleno funcionamento das atividades, dando suporte às suas tarefas e ações operacionais.

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. Esta aquisição será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006; Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000; Resolução Administrativa nº 788, de 16 de agosto de 2011 e subsidiariamente, no que couber, pela Lei 8.666/93.

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. O objeto deste Termo de Referência obedecerá às quantidades e especificações abaixo descritas:

LOTE 01 – CONTADORES E CONTATOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. TOTAL
1	Contator de força tripolar, tipo LC1 E09, bobina 220VCA	UN	4
2	Contator de força tripolar, tipo LC1 E12, bobina 220VCA	UN	8



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA
FLS. Nº 20
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

3	Contator de força tripolar, tipo LC1 E18, bobina 220VCA	UN	8
4	Contator de força tripolar, tipo LC1 E25, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	20
5	Contator de força tripolar, tipo LC1 E32, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	12
6	Contator de força tripolar, tipo LC1 E40, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	12
7	Contator de força tripolar, tipo LC1 E50, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	8
8	Contator de força tripolar, tipo LC1 E80, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	8
9	Contator de força tripolar, tipo LC1 E95, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	16
10	Contator de força tripolar, tipo LC1 F115, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	2
11	Contator de força tripolar, tipo LC1 F150, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	1
12	Contator de força tripolar, tipo LC1 F225, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	1
13	Contator de força tripolar, tipo LC1 F630, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	1
14	Contator auxiliar, a seco, bobina em 220VCA, 6A, 660V, 60HZ, 2NA + 2NF, modelo 3RH11 22-1AN10.	UN	4
15	Contator auxiliar, a seco, bobina em 24VCA, 6A, 660V, 60HZ, 2NA + 2NF, modelo RH11-1AC10.	UN	4
16	Contator auxiliar, CA2 KN22, bobina 220V	UN	2
17	Contator auxiliar, CA2 KN32, bobina 220V	UN	2
18	Contator auxiliar, CA2 KN40, bobina 220V	UN	2
19	Contator auxiliar, CAD 32, bobina 220V	UN	2
20	Contatos para contator, tripolar, LC1 F115 a LC1 F150, ref. LA5 FF431, fabr. Schneider - Peça de reposição	JOGO	4
21	Contatos para contator, tripolar, LC1 F185 s LC1 F225, ref. LA5 FG431, fabr. Schneider - Peça de reposição	JOGO	4
22	Contatos para contator, tripolar, LC1 F630, ref. LA5 F630803, fabr. Schneider - Peça de reposição	JOGO	2

LOTE 02 – BOBINAS E ACESSÓRIOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. TOTAL
1	Bobina 220VCA,60Hz para contator de força LC1 D40 a LC1 D65, ref. LX1 D1M7, fabr. Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	16
2	Bobina 220VCA, 60 Hz para contator de força LC1 D80 a LC1 D95, ref. LX1 D6M7, fabr. Telemecanique/Schneider- Peça de reposição	UN	6



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA
FLS. Nº 21
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

3	Bobina 220VCA, 60 Hz para contator de força LC1 F115 a LC1 F150, ref. LX1 FF184, fabr., Telemecanique/Schneider- Peça de reposição	UN	4
4	Bobina 220VCA, 60 Hz para contator de força LC1 F185 a LC1 F225, ref. LX1 FG184, fabr. Telemecanique/Schneider- Peça de reposição	UN	4
5	Bobina 220/240VCA, para contator de força LC1 F630, ref. LX1 FL220, fabr. Telemecanique/Schneider- Peça de reposição	UN	2
6	Botão de comando verde, DN 22,5mm, com 2 contatos (1NA+1NF) para painel	UN	15
7	Botão de comando vermelho, DN 22,5mm, com 2 contatos (1NA+1NF) para painel	UN	15
8	Botão de emergência DN 22,5mm, com um contato (1NA), tipo soco	UN	2
9	Chave comutadora de comando, 2 posições, DN 22,5mm com 2 contatos (2NA) para painel	UN	10
10	Chave comutadora de comando, 3 posições, DN 22,5mm com 2 contatos (2NA) para painel	UN	4
11	Chave comutadora de comando, 2 posições (liga/desliga) 220V, 10A para painel, nas cores vermelho, branco, preto e azul, ref. CB 301D, fabricante MARGIROS ou similar.	UN	100
12	Sinalizador amarelo a Led, DN 22,5mm, tensão 220VCA, para painel	UN	20
13	Sinalizador verde a Led, DN 22,5mm, tensão 220VCA, para painel	UN	60
14	Sinalizador vermelho a Led, DN 22,5mm, tensão 220VCA, para painel	UN	60
15	Trilho suporte para fixação rápida de equipamento, tipo DIN, em alumínio	UN	30

LOTE 03 - RELÉS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. TOTAL
1	Relé de proteção térmica tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD05, regulagem de 0,63A a 1,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	3
2	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD06, regulagem de 1,0A a 1,6A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	3
3	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD07, regulagem de 1,6A a 2,5A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	3
4	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD08, regulagem de 2,5A a 4,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	4
5	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD10, regulagem de 4,0A a 6,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	4
6	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD12, regulagem de 5,5A a 8,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	4



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA
FLS. Nº 22
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

7	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD14, regulagem de 7,0A a 10,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	4
8	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD16, regulagem de 9,0A a 13,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	4
9	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD21, regulagem de 12,0A a 18,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	2
10	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD22, regulagem de 19,0A a 24,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	2
11	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD32, regulagem de 23,0A a 32,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	2
12	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD35, regulagem de 30,0A a 38,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	UN	2
13	Relé biestável Altronic, 110/220VCA, 50MA - RBE	UN	4
14	Relé falta de fase eletrônico, 380V, RPW – FFD70	UN	10
15	Relé falta de fase sem neutro, 380V	UN	10
16	Relé de impulso, com um contato comutador (NAF), 16A-230VCA, com bobina em 24VCA/VCC, modelo 5TT5 526, Siemens - Peça de reposição	UN	6
17	Relé de tempo, 24VCA, 5A, 30seg., 60HZ, com 02 contatos reversíveis, modelo TEI-02-MM-24VCA-30S, Altronic - Peça de reposição	UN	6
18	Relé de nível (eletrodo) alimentação 220/380V, 60HZ, com um contato reversor (1NAF), para trilho DIN	UN	10
19	Relé, tipo time, RE7TL 11BU, 220V, Schneider - Peça de reposição	UN	6
20	Relé, tipo time, RE8CL 11BU, 220V, Schneider - Peça de reposição	UN	3
21	Relé, tipo time, RM4T G20, 220V, Schneider - Peça de reposição	UN	6
22	Eletrodo em aço inox com 300mm, para relé de nível	UN	4
23	Para-raio clamper, 275V, 8KA	UN	36
24	Programador horário semanal, 220V, com contatos 1NA+1NF	UN	36

LOTE 04 - CHAVES

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. TOTAL
1	Chave de partida direta para motor de 5CV, trifásico, 380V, bobina 220V	UN	4
2	Chave de partida direta para motor de 2CV, trifásico, 380V, bobina 220V	UN	4
3	Soft-starter modelo Altistart 01, alimentação 380/415V, 50/60Hz, I _n = 22A, 11kW, referência ATS01N222QN, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	5
4	Soft-starter modelo Altistart 01, alimentação 380/415V, 50/60Hz, I _n = 32A, 15kW, referência ATS01N232QN, fabricação Schneider- Peça de reposição	UN	3



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA
FLS. Nº 23
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

5	Soft-starter modelo Altistart 48, alimentação 220/415V, 50/60Hz, I _n = 17A, 7,5kW, referência ATS48D17Q , fabricação Schneider- Peça de reposição (B. PRIM.)	UN	2
6	Soft-starter modelo Altistart 48, alimentação 220/415V, 50/60Hz, I _n = 22A, 11kW, referência ATS48D22Q , fabricação Schneider- Peça de reposição (TORRE)	UN	2
7	Soft-starter modelo Altistart 48, alimentação 220/415V, 50/60Hz, I _n = 38A, 18kW, referência ATS48D38Q , fabricação Schneider- Peça de reposição (B.A.C.)	UN	2
8	Inversor de Frequência modelo Altivar 630, alimentação 380/480V, 50/60Hz, I _n = 48A, 22kW, referência ATV630D22N4 , fabricação Schneider- Peça de reposição (B. SEC.)	UN	2
9	Interface para chave estática de partida e parada suave para motor trifásico de 30HP (22KW), 380/480V, tipo inversor de frequência, ref. ATV61HD22N4 , fabricação Schneider - Peça de reposição	UN	2
10	Interface para chave estática de partida e parada suave para motor trifásico de 30HP (22KW), 380/480V, tipo inversor de frequência, ref. ATV630D22N4 , fabricação Schneider - Peça de reposição	UN	2
11	Chave fim de curso com pino simples, contatos 1NA+1NF para 5A	UN	4
12	Chave seccionadora rotativa 3x16A, isolamento 600V, tipo pacco, fixação pelo topo para painel	UN	4
13	Chave seccionadora rotativa 3x40A, isolamento 600V, tipo pacco, fixação pelo topo para painel	UN	4
14	Chave seccionadora rotativa 3x63A, isolamento 600V, tipo pacco, fixação pelo topo para painel	UN	2

LOTE 05 – DISJUNTORES MONO/TRI

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. TOTAL
1	Disjuntor bifásico, 4A, curva “C”, norma DIN	UN	10
2	Disjuntor bifásico, 16A, curva “C”, norma DIN	UN	10
3	Disjuntor bifásico, 25A, curva “C”, norma DIN	UN	10
4	Disjuntor bifásico, 32A, curva “C”, norma DIN	UN	10
5	Disjuntor monofásico, curva “C”, de 2A, norma DIN	UN	36
6	Disjuntor monofásico, curva “C”, de 6A, norma DIN	UN	20
7	Disjuntor monofásico, curva “C”, de 10A, norma DIN	UN	36
8	Disjuntor monofásico, curva “C”, de 16A, norma DIN	UN	60
9	Disjuntor monofásico, curva “C”, de 20A, norma DIN	UN	60
10	Disjuntor monofásico, curva “C”, de 25A, norma DIN	UN	60
11	Disjuntor monofásico, curva “C”, de 32A, norma DIN	UN	36
12	Disjuntor monofásico, curva “C”, de 40A, norma DIN	UN	36
13	Disjuntor monofásico, curva “C”, de 50A, norma DIN	UN	24
14	Disjuntor trifásico, curva “C”, de 10A, norma DIN	UN	12
15	Disjuntor trifásico, curva “C”, de 16A, norma DIN	UN	24
16	Disjuntor trifásico, curva “C”, de 20A, norma DIN	UN	24
17	Disjuntor trifásico, curva “C”, de 25A, norma DIN	UN	24
18	Disjuntor trifásico, curva “C”, de 32A, norma DIN	UN	24
19	Disjuntor trifásico, curva “C”, de 40A, norma DIN	UN	36
20	Disjuntor trifásico, curva “C”, de 50A, norma DIN	UN	24



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA
FLS. Nº 24
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

21	Disjuntor trifásico, curva "C", de 63A, norma DIN	UN	36
22	Disjuntor trifásico, curva "C", de 80A, norma DIN	UN	12
23	Disjuntor trifásico, curva "C", de 100A, norma DIN	UN	12

LOTE 06 – DISJUNTORES ESPECIAIS

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. TOTAL
1	Disjuntor trifásico, curva "C", de 100A, EZC – 100N, fabricação Schneider - Peça de reposição	UN	6
2	Disjuntor trifásico, curva "C", de 125A, EZC – 125N, fabricação Schneider - Peça de reposição	UN	6
3	Disjuntor termomagnético, tripolar, In=630 Amp, 50/60 Hz, com regulagem de corrente nominal, partida e curto-circuito (magnético), linha Compact, ref. NSX630F (LV432876), fabricação Schneider - Peça de reposição	UN	1
4	Motorização para disjuntor termomagnético, tripolar, Compact NSX 400/630A, alimentação monofásica 220/240 VCA, 50/60 Hz, MT – 630, cód. LV432641, fabricação Schneider - Peça de reposição	UN	1
5	Disjuntor termomagnético, tripolar, In=1000 Amp, com térmico e magnético ajustável, modelo compact NS – 1000W, fabricação Schneider - Peça de reposição	UN	1
6	Disjuntor motor tripolar, curva "C", de 10A, com regulagem de 4A a 6A	UN	6
7	Disjuntor motor tripolar, curva "C", de 16A, com regulagem de 6A a 10A	UN	6
8	Disjuntor motor tripolar, curva "C", de 20A, com regulagem de 9A a 14A	UN	6
9	Disjuntor motor tripolar, curva "C", de 25A, com regulagem de 16A a 25A	UN	6
10	Disjuntor diferencial DR-16A, 30MA, monofásico, 220V	UN	10
11	Disjuntor diferencial DR-40A, 30MA, monofásico, 220V	UN	10

LOTE 07 – TRANSFORMADORES

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. TOTAL
1	Transformador de corrente em epóxi de 150/5A, isolamento 600v, tipo janela	UN	9
2	Transformador de corrente em epóxi de 400/5A, isolamento 600v, tipo janela	UN	6
3	Transformador de corrente em epóxi de 500/5A, isolamento 600V, tipo janela	UN	6
4	Transformador de comando, 50VA, com tensões de entrada 220/380/440V e tensões de saída 110/220V, isolamento 600V	UN	3
5	Transformador de comando, 200VA, com tensões de entrada 220/380/440V e tensões de saída 110/220V, isolamento 600V	UN	3
6	Transformador de comando, 500VA, com tensões de entrada 220/380/440V e tensões de saída 110/220V, isolamento 600V	UN	3



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA
FLS. Nº 25
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

LOTE 08 - COMPLEMENTOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. TOTAL
1	Bateria de carvão de 9V para instrumento (medidor de temperatura, alicate de medir ...)	UN	100
2	Bateria, 12 VCC, 23A, Alcalina, para controle remoto	UN	200
3	Bateria chumbo-ácida recarregável, selada, 12VCC, 4,2AH, 20H	UN	02
4	Bateria chumbo-ácida recarregável, automotiva , selada, 12VCC, 200AH	UN	02
5	Espuma selante expansiva em poliuretano em tubo spray de 500ml	TUBO	200
6	Desengripante e anticorrosivo a base de micro-óleo biodegradável em tubo spray de 300ml	TUBO	50
7	Limpa contato para recuperação da condutividade de conexões eletrônicas em tubo spray de 300ml	TUBO	10
8	Lanterna com iluminação por led branco composta por no mínimo 15 leds, com potência mínima de 1,5W, alimentação por bateria recarregável com conversor incorporado para alimentação em 220VCA, 50/60HZ	UN	5
9	Isolador de porcelana, tipo pino, classe 20KV	UN	06
10	Chave fusível unipolar 100A, 10KA, classe 15 KV, Tipo XS	UN	06
11	Lâmpada fluorescente HO de 110W, super 84	UN	60
12	Reator eletrônico, alto fator, 2x110W, para lâmpada fluorescente tipo HO.	UN	30

4.2. Considerando a necessidade de aquisição desse material, de forma parcelada objetivando a adequação a estoque mínimo e máximo, considerando ainda que por sua natureza não é possível definir previamente o quantitativo a ser adquirido pela ALEMA, deverá ser utilizado na licitação o instrumento auxiliar do Sistema de Registro de Preços.

4.3. As quantidades dos itens acima descritos são meramente estimativas para o período de 12 (doze) meses, não denotando obrigatoriedade da execução.

4.4. Considerando que a organização de itens em grupo, dentro de suas características agrupa os fornecedores, concentrando-os em grupos específicos de seu interesse e área de atuação, dando-lhes chances de um maior planejamento em suas propostas de preços e lances e, conseqüentemente, favorecendo a Administração no momento da negociação, sem prejuízo nenhum à competitividade. Considerando que o agrupamento visa evitar a fragmentação dos itens em vários fornecedores que poderá gerar dificuldades para a Administração, inclusive quanto aos quantitativos, pois há itens com baixo quantitativo que poderia gerar a redução no número de participantes, principalmente de outras regiões. E, finalmente, considerando que este procedimento



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 26
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

atende aos princípios que norteiam as aquisições públicas de bens e serviços e esta prática visa adquirir o melhor pelo menor preço. Considerando, ainda, as peculiaridades do mercado local permitindo a participação de pequenas e médias empresas e ainda visando a economicidade nas aquisições e ampliação da competitividade: procedeu-se o agrupamento em lote, do objeto deste Termo, em harmonia com o princípio do parcelamento enunciado no art. 3, inciso X da Lei nº 8666 de 21 de junho de 1993.

5. CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

5.1. Para julgamento e classificação da Proposta deverá ser utilizado o critério de Menor Preço por Lote, observadas as especificações técnicas, prazos e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste Termo.

6. DAS CONDIÇÕES PARA FORNECIMENTO

6.1. O objeto deste Termo de Referência será fornecido mediante expresse requerimento da Assembleia Legislativa, nos quantitativos que constarem da Ordem de Fornecimento.

6.2. Após emissão da Ordem de Fornecimento de Material e da Nota de Empenho correspondente, o interessado será notificado pelo Gestor do Contrato para a retirada e assinatura desses documentos no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período mediante requerimento fundamentado aceito pela ALEMA, contados da notificação sob pena de decair o direito à Contratação sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

6.3. O prazo de entrega do material da Ordem de Fornecimento será de 45(quarenta e cinco) dias a contar da data da sua assinatura.

6.4. O Prazo de entrega do material poderá ser prorrogado nas hipóteses previstas no inciso do §1º artigo 57 Lei nº 8.666/93.

6.5. O não cumprimento dos prazos e condições estipulados sujeitará ao fornecedor, aplicações das penalidades previstas em lei.

6.6. A entrega do material será efetuada em dia e horário de expediente da ALEMA, na presença do Gestor da ARP, no setor de Almoxarifado localizado no térreo do prédio sede da ALEMA, sito na Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Palácio Manoel



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 27
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

Bequimão, Sítio Rangedor, Bairro Calhau, São Luís/MA, acompanhado da nota fiscal/fatura e cópia da Ordem de Fornecimento correspondente, devendo o chefe do Núcleo de Almoxarifado ser avisado com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência por meio do fone 3269-3411, sendo de inteira responsabilidade da contratada o seu descarregamento.

- 6.7.** O produto adquirido deverá ser entregue em embalagens adequadas à sua conservação, onde conste a identificação do conteúdo, da quantidade, do fabricante e número de lote correspondente.
- 6.8.** O prazo de garantia mínimo será de 9 (nove) meses, contados da data do Termo de Recebimento, contra qualquer defeito de fabricação ou mau funcionamento.
- 6.9.** A proponente deverá apresentar informações de fabricante, modelo ou referência e especificações necessárias a perfeita caracterização do produto ofertado, juntamente com a proposta de preços.
- 6.9.1.** **Os itens nomeados como “peça de reposição” serão obrigatoriamente dos modelos e fabricantes estipulados.**
- 6.10.** Executada a Ordem de Fornecimento o seu objeto será recebido:
- a) Provisoriamente pelo Gestor do contrato, mediante recibo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da comunicação escrita do contratado, para efeito de verificação das especificações do material com o constante do registro e da ordem de fornecimento.
 - b) Definitivamente pelo Gestor do contrato, após verificação da sua adequação, no prazo máximo de 30 dias da comunicação escrita do contratado ou do recebimento provisório, através do Termo de Recebimento.
- 6.11.** A ALEMA rejeitará, no todo ou em parte o material fornecido em desacordo com as condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento, ficando o Contratado sujeito à substituição, por sua conta, do objeto rejeitado.
- 6.12.** Em caso de recusa do material será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o material ser substituído pelo Contratado, no prazo máximo de 20 (vinte) dias da data da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.
- 6.13.** A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo Gestor designado nos termos da Resolução Administrativa/ALEMA nº 788/2011.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 28
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

6.14. Competirá ao Gestor designado dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 7.1.** Fornecer o objeto em até 45 dias (quarenta e cinco) a contar da data da assinatura da Ordem de Fornecimento.
- 7.2.** Substituir o objeto, em caso de recusa ou defeito ou qualquer inadequação durante, o prazo de garantia em até 20 (vinte) dias a contar da notificação.
- 7.3.** Prestar garantia mínima de 9 (nove) meses a contar do Termo de Recebimento.
- 7.4.** Entregar catálogos e/ou documentação técnica sempre que solicitado.
- 7.5.** Cumprir fielmente as condições exigidas para o fornecimento do objeto bem como aquelas constantes deste Termo de Referência e da Ordem de Fornecimento de Material.
- 7.6.** Entregar o material no local, prazo e condições estabelecidas deste Termo, que é independentemente da transcrição parte integrante do Contrato/Ata de Registro de Preços/Ordem de Fornecimento.
- 7.7.** Informar à ALEMA a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.
- 7.8.** Atender a todos os prazos estabelecidos para o fornecimento de materiais sob pena da aplicação das sanções previstas na legislação.
- 7.9.** Responder, integral e objetivamente, por perdas e danos que vier a causar á ALEMA ou a terceiros em razão de ação ou omissão, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, bem como pela qualidade dos materiais fornecidos.
- 7.10.** Fornecer na oportunidade da contratação do material a documentação necessária que comprove a regularidade com a Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, Fazendas Federal e Estadual, devidamente atualizados, consoante dispõe a Resolução Administrativa nº. 788/2011-G
- 7.11.** Comprovar a regularidade do processo de produção dos produtos, **quando solicitado**, apresentando Certificado emitido pelo órgão competente (ANVISA,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 29
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

ABIC, MS, UI, CE, etc) no ato da entrega dos respectivos produtos, atendo ainda, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

7.12. Nomear um preposto, aceito pela ALEMA, para representá-la durante o período de vigência do contrato.

7.13. Quando o limite do convite não for ultrapassado o termo do contrato poderá ser substituído por Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou outro documento hábil.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Fiscalizar a execução ao contrato respeitando todas as condições estabelecidas.

8.2. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na execução do ajuste.

8.3. Fiscalizar para que durante a vigência do ajuste sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na Licitação.

8.4. Proporcionar todas as condições necessárias à execução do ajuste permitindo o acesso dos empregados do Contratado devidamente identificado, nas dependências da ALEMA, para entrega dos materiais, nos horários estabelecidos.

8.5. Designar o Gestor do Contrato.

8.6. Emitir a Ordem de Fornecimento sempre que entender necessário.

8.7. Efetuar o pagamento do material fornecido de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos.

8.8. Promover, por intermédio do Gestor do Contrato, a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto.

8.9. Fiscalizar para que sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na fundamentação jurídica durante a execução do objeto.

8.10. Pagar o valor da Ordem de Fornecimento em moeda corrente nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento expresso pela Contratante, mediante apresentação da Fatura/Nota Fiscal e documento de recebimento definitivo, devidamente atestados pelo Gestor do Contrato.

8.10.1. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizados.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 30
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

8.10.2. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa da ALEMA, o valor poderá ser atualizado monetariamente até a data de sua liquidação, observada a variação da SELIC, calculada taxa *pro-rata* dia.

9. DAS SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

9.1.1 Inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

9.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

9.1.3 Fraudar na execução do contrato;

9.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.5 Cometer fraude fiscal;

9.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

9.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

9.3. Multa moratória de 0,5% por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias;

9.3.1. Multa compensatória de 1,0 % (um por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

9.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

9.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

9.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 31
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

9.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

9.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

9.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

9.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

9.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

9.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10. UNIDADE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E PELA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO.

10.1. O presente Termo de Referência foi elaborado por José Paulo Freitas de Carvalho Melo e será assinado pelo Subdiretor de Manutenção e Serviços, pelo Diretor de Administração e aprovado pela Diretoria Geral consoante dispõe a Resolução Administrativa nº. 788/2011, da Mesa Diretora da Assembleia.

10.2. A fiscalização do presente objeto será feita por meio de seu gestor a ser designado oportunamente.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 32
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

10.3. Nos termos da Resolução Administrativa no. 788/2011 submetemos o presente Termo de Referência à aprovação do Senhor Diretor Geral da Assembleia Legislativa do Maranhão.

São Luís, 09 de agosto de 2018.

José Paulo Freitas de Carvalho Melo
Matrícula nº 1603885

Geraldo Oliveira Júnior
Subdiretor de Manut. e Serviços
Matrícula nº 1646314



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA

FLS. Nº 33

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

Antino Correa Noletto Júnior
Diretor de Administração

Vistos os autos, no uso de minhas atribuições, aprovo o presente Termo de Referência.

São Luís, ____ de _____ de 2018.

Valney de Freitas Pereira
Diretor Geral



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA

FLS. Nº 34

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2018-CPL/ALEMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4171/2018-ALEMA

ANEXO II
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ORGÃO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO – ALEMA				DATA DA APRESENTAÇÃO	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2018-CPL/ALEMA				_/_/___	
EMPRESA PROPONENTE:					
OBJETO DA LICITAÇÃO:					
GRUPO 01 – AMPLA CONCORRÊNCIA					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Contator de força tripolar, tipo LC1 E09, bobina 220VCA	4	UN	179,65	718,60
2	Contator de força tripolar, tipo LC1 E12, bobina 220VCA	8	UN	194,59	1.556,72
3	Contator de força tripolar, tipo LC1 E18, bobina 220VCA	8	UN	208,81	1.670,48
4	Contator de força tripolar, tipo LC1 E25, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	20	UN	274,78	5.495,60
5	Contator de força tripolar, tipo LC1 E32, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	12	UN	413,88	4.966,56
6	Contator de força tripolar, tipo LC1 E40, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	12	UN	553,65	6.643,80
7	Contator de força tripolar, tipo LC1 E50, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	8	UN	678,83	5.430,64
8	Contator de força tripolar, tipo LC1 E80, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	8	UN	1.258,70	10.069,60
9	Contator de força tripolar, tipo LC1 E95, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	16	UN	1.942,14	31.074,24
10	Contator de força tripolar, tipo LC1 F115, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	2	UN	2.050,79	4.101,58
11	Contator de força tripolar, tipo LC1 F150, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	1	UN	2.502,18	2.502,18
12	Contator de força tripolar, tipo LC1 F225, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	1	UN	2.952,06	2.952,06



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA

FLS. Nº 35

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

13	Contator de força tripolar, tipo LC1 F630, bobina 220VCA, fabricação Schneider- Peça de reposição	1	UN	19.468,18	19.468,18
14	Contator auxiliar, a seco, bobina em 220VCA, 6A, 660V, 60HZ, 2NA + 2NF, modelo 3RH11 22-1AN10.	4	UN	92,76	371,04
15	Contator auxiliar, a seco, bobina em 24VCA, 6A, 660V, 60HZ, 2NA + 2NF, modelo RH11-1AC10.	4	UN	103,39	413,56
16	Contator auxiliar, CA2 KN22, bobina 220V	2	UN	94,95	189,90
17	Contator auxiliar, CA2 KN32, bobina 220V	2	UN	107,04	214,08
18	Contator auxiliar, CA2 KN40, bobina 220V	2	UN	109,54	219,08
19	Contator auxiliar, CAD 32, bobina 220V	2	UN	228,47	456,94
20	Contatos para contator, tripolar, LC1 F115 a LC1 F150, ref. LA5 FF431, fabr. Schneider - Peça de reposição	4	JOGO	1.000,02	4.000,08
21	Contatos para contator, tripolar, LC1 F185 s LC1 F225, ref. LA5 FG431, fabr. Schneider - Peça de reposição	4	JOGO	1.014,87	4.059,48
22	Contatos para contator, tripolar, LC1 F630, ref. LA5 F630803, fabr. Schneider - Peça de reposição	2	JOGO	3.181,66	6.363,32
VALOR TOTAL DO GRUPO 01					R\$ 112.937,72

GRUPO 02 – EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI

ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Bobina 220VCA,60Hz para contator de força LC1 D40 a LC1 D65, ref. LX1 D1M7, fabr. Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	16	UN	283,41	4.534,56
2	Bobina 220VCA, 60 Hz para contator de força LC1 D80 a LC1 D95, ref. LX1 D6M7, fabr. Telemecanique/Schneider- Peça de reposição	6	UN	352,17	2.113,02
3	Bobina 220VCA, 60 Hz para contator de força LC1 F115 a LC1 F150, ref. LX1 FF184, fabr., Telemecanique/Schneider- Peça de reposição	4	UN	357,17	1.428,68



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA
FLS. Nº 36
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

4	Bobina 220VCA, 60 Hz para contator de força LC1 F185 a LC1 F225, ref. LX1 FG184, fabr. Telemecanique/Schneider- Peça de reposição	4	UN	675,92	2.703,68
5	Bobina 220/240VCA, para contator de força LC1 F630, ref. LX1 FL220, fabr. Telemecanique/Schneider- Peça de reposição	2	UN	3.232,78	6.465,56
6	Botão de comando verde, DN 22,5mm, com 2 contatos (1NA+1NF) para painel	15	UN	51,33	769,95
7	Botão de comando vermelho, DN 22,5mm, com 2 contatos (1NA+1NF) para painel	15	UN	52,33	784,95
8	Botão de emergência DN 22,5mm, com um contato (1NA), tipo soco	2	UN	55,33	110,66
9	Chave comutadora de comando, 2 posições, DN 22,5mm com 2 contatos (2NA) para painel	10	UN	134,55	1.345,50
10	Chave comutadora de comando, 3 posições, DN 22,5mm com 2 contatos (2NA) para painel	4	UN	146,20	584,80
11	Chave comutadora de comando, 2 posições (liga/desliga) 220V, 10A para painel, nas cores vermelho, branco, preto e azul, ref. CB 301D, fabricante MARGIROS ou similar.	100	UN	47,48	4.748,00
12	Sinalizador amarelo a Led, DN 22,5mm, tensão 220VCA, para painel	20	UN	19,37	387,40
13	Sinalizador verde a Led, DN 22,5mm, tensão 220VCA, para painel	60	UN	18,25	1.095,00
14	Sinalizador vermelho a Led, DN 22,5mm, tensão 220VCA, para painel	60	UN	18,62	1.117,20
15	Trilho suporte para fixação rápida de equipamento, tipo DIN, em alumínio	30	UN	29,93	897,90
VALOR TOTAL DO GRUPO 02					R\$ 29.086,86

GRUPO 03 – EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI					
ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA

FLS. Nº 37

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

1	Relé de proteção térmica tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD05, regulagem de 0,63A a 1,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	3	UN	214,66	643,98
2	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD06, regulagem de 1,0A a 1,6A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	3	UN	214,66	643,98
3	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD07, regulagem de 1,6A a 2,5A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	3	UN	222,16	666,48
4	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD08, regulagem de 2,5A a 4,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	4	UN	222,16	888,64
5	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD10, regulagem de 4,0A a 6,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	4	UN	201,34	805,36
6	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD12, regulagem de 5,5A a 8,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	4	UN	225,09	900,36
7	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD14, regulagem de 7,0A a 10,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	4	UN	201,34	805,36
8	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD16, regulagem de 9,0A a 13,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	4	UN	201,47	805,88



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA

FLS. Nº 38

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

9	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD21, regulagem de 12,0A a 18,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	2	UN	244,56	489,12
10	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD22, regulagem de 19,0A a 24,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	2	UN	250,81	501,62
11	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD32, regulagem de 23,0A a 32,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	2	UN	363,74	727,48
12	Relé de proteção térmica, tripolar de força, com contatos auxiliares 1NA + 1NF, tipo LRD35, regulagem de 30,0A a 38,0A, Telemecanique/Schneider - Peça de reposição	2	UN	363,74	727,48
13	Relé biestável Altronic, 110/220VCA, 50MA - RBE	4	UN	343,95	1.375,80
14	Relé falta de fase eletrônico, 380V, RPW – FFD70	10	UN	147,58	1.475,80
15	Relé falta de fase sem neutro, 380V	10	UN	148,83	1.488,30
16	Relé de impulso, com um contato comutador (NAF), 16A-230VCA, com bobina em 24VCA/VCC, modelo 5TT5 526, Siemens - Peça de reposição	6	UN	232,21	1.393,26
17	Relé de tempo, 24VCA, 5A, 30seg., 60HZ, com 02 contatos reversíveis, modelo TEI-02-MM-24VCA-30S, Altronic - Peça de reposição	6	UN	192,23	1.153,38
18	Relé de nível (eletrodo) alimentação 220/380V, 60HZ, com um contato reversor (1NAF), para trilho DIN	10	UN	160,15	1.601,50
19	Relé, tipo time, RE7TL 11BU, 220V, Schneider - Peça de reposição	6	UN	222,37	1.334,22
20	Relé, tipo time, RE8CL 11BU, 220V, Schneider - Peça de reposição	3	UN	270,81	812,43



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA

FLS. Nº 39

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

21	Relé, tipo time, RM4T G20, 220V, Schneider - Peça de reposição	6	UN	558,03	3.348,18
22	Eletrodo em aço inox com 300mm, para relé de nível	4	UN	31,98	127,92
23	Para-raio clamper, 275V, 8KA	36	UN	80,64	2.903,04
24	Programador horário semanal, 220V, com contatoProgramador horário semanal, 220V, com contatos 1NA+1NFs 1NA+1NF	36	UN	316,78	11.404,08
VALOR TOTAL DO GRUPO 03					R\$ 37.023,65

GRUPO 04 – AMPLA CONCORRÊNCIA

ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Chave de partida direta para motor de 5CV, trifásico, 380V, bobina 220V	4	UN	246,93	987,72
2	Chave de partida direta para motor de 2CV, trifásico, 380V, bobina 220V	4	UN	209,91	839,64
3	Soft-starter modelo Altistart 01, alimentação 380/415V, 50/60Hz, I _n = 22A, 11kW, referência ATS01N222QN , fabricação Schneider- Peça de reposição	5	UN	2.505,13	12.525,65
4	Soft-starter modelo Altistart 01, alimentação 380/415V, 50/60Hz, I _n = 32A, 15kW, referência ATS01N232QN , fabricação Schneider- Peça de reposição	3	UN	3.012,56	9.037,68
5	Soft-starter modelo Altistart 48, alimentação 220/415V, 50/60Hz, I _n = 17A, 7,5kW, referência ATS48D17Q , fabricação Schneider- Peça de reposição (B. PRIM.)	2	UN	2.767,63	5.535,26
6	Soft-starter modelo Altistart 48, alimentação 220/415V, 50/60Hz, I _n = 22A, 11kW, referência ATS48D22Q , fabricação Schneider- Peça de reposição (TORRE)	2	UN	2.817,88	5.635,76
7	Soft-starter modelo Altistart 48, alimentação 220/415V, 50/60Hz, I _n = 38A, 18kW, referência ATS48D38Q , fabricação Schneider- Peça de reposição (B.A.C.)	2	UN	3.527,44	7.054,88
8	Inversor de Frequência modelo Altivar 630, alimentação 380/480V,	2	UN	6.841,41	13.682,82



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA

FLS. Nº 40

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

	50/60Hz, $I_n = 48A$, 22kW, referência ATV630D22N4 , fabricação Schneider- Peça de reposição (B. SEC.)				
9	Interface para chave estática de partida e parada suave para motor trifásico de 30HP (22KW), 380/480V, tipo inversor de frequência, ref. ATV61HD22N4, fabricação Schneider - Peça de reposição	2	UN	6.922,01	13.844,02
10	Interface para chave estática de partida e parada suave para motor trifásico de 30HP (22KW), 380/480V, tipo inversor de frequência, ref. ATV630D22N4, fabricação Schneider - Peça de reposição	2	UN	7.172,01	14.344,02
11	Chave fim de curso com pino simples, contatos 1NA+1NF para 5A	4	UN	128,83	515,32
12	Chave seccionadora rotativa 3x16A, isolamento 600V, tipo pacco, fixação pelo topo para painel	4	UN	369,35	1.477,40
13	Chave seccionadora rotativa 3x40A, isolamento 600V, tipo pacco, fixação pelo topo para painel	4	UN	513,13	2.052,52
14	Chave seccionadora rotativa 3x63A, isolamento 600V, tipo pacco, fixação pelo topo para painel	2	UN	588,92	1.177,84
VALOR TOTAL DO GRUPO 04					R\$ 88.710,53

GRUPO 05 – EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI

ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Disjuntor bifásico, 4A, curva "C", norma DIN	10	UN	51,16	511,60
2	Disjuntor bifásico, 16A, curva "C", norma DIN	10	UN	45,78	457,80
3	Disjuntor bifásico, 25A, curva "C", norma DIN	10	UN	46,28	462,80
4	Disjuntor bifásico, 32A, curva "C", norma DIN	10	UN	46,28	462,80
5	Disjuntor monofásico, curva "C", de 2A, norma DIN	36	UN	30,34	1.092,24
6	Disjuntor monofásico, curva "C", de 6A, norma DIN	20	UN	26,09	521,80



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA

FLS. Nº 41

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

7	Disjuntor monofásico, curva "C", de 10A, norma DIN	36	UN	14,57	524,52
8	Disjuntor monofásico, curva "C", de 16A, norma DIN	60	UN	14,57	874,20
9	Disjuntor monofásico, curva "C", de 20A, norma DIN	60	UN	14,57	874,20
10	Disjuntor monofásico, curva "C", de 25A, norma DIN	60	UN	14,57	874,20
11	Disjuntor monofásico, curva "C", de 32A, norma DIN	36	UN	14,62	526,32
12	Disjuntor monofásico, curva "C", de 40A, norma DIN	36	UN	14,94	537,84
13	Disjuntor monofásico, curva "C", de 50A, norma DIN	24	UN	27,94	670,56
14	Disjuntor trifásico, curva "C", de 10A, norma DIN	12	UN	59,66	715,92
15	Disjuntor trifásico, curva "C", de 16A, norma DIN	24	UN	59,66	1.431,84
16	Disjuntor trifásico, curva "C", de 20A, norma DIN	24	UN	59,66	1.431,84
17	Disjuntor trifásico, curva "C", de 25A, norma DIN	24	UN	59,66	1.431,84
18	Disjuntor trifásico, curva "C", de 32A, norma DIN	24	UN	60,42	1.450,08
19	Disjuntor trifásico, curva "C", de 40A, norma DIN	36	UN	62,17	2.238,12
20	Disjuntor trifásico, curva "C", de 50A, norma DIN	24	UN	62,17	1.492,08
21	Disjuntor trifásico, curva "C", de 63A, norma DIN	36	UN	62,17	2.238,12
22	Disjuntor trifásico, curva "C", de 80A, norma DIN	12	UN	184,40	2.212,80
23	Disjuntor trifásico, curva "C", de 100A, norma DIN	12	UN	184,40	2.212,80
VALOR TOTAL DO GRUPO 05					R\$ 25.246,32

GRUPO 06 – EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI

ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Disjuntor trifásico, curva "C", de 100A, EZC – 100N, fabricação Schneider - Peça de reposição	6	UN	416,97	2.501,82
2	Disjuntor trifásico, curva "C", de 125A, EZC – 125N, fabricação Schneider - Peça de reposição	6	UN	429,23	2.575,38



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA

FLS. Nº 42

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

3	Disjuntor termomagnético, tripolar, In=630 Amp, 50/60 Hz, com regulagem de corrente nominal, partida e curto-circuito (magnético), linha Compact, ref. NSX630F (LV432876), fabricação Schneider - Peça de reposição	1	UN	2.485,87	2.485,87
4	Motorização para disjuntor termomagnético, tripolar, Compact NSX 400/630A, alimentação monofásica 220/240 VCA, 50/60 Hz, MT – 630, cód. LV432641, fabricação Schneider - Peça de reposição	1	UN	12.653,33	12.653,33
5	Disjuntor termomagnético, tripolar, In=1000 Amp, com térmico e magnético ajustável, modelo compact NS – 1000W, fabricação Schneider - Peça de reposição	1	UN	11.149,14	11.149,14
6	Disjuntor motor tripolar, curva “C”, de 10A, com regulagem de 4A a 6A	6	UN	401,68	2.410,08
7	Disjuntor motor tripolar, curva “C”, de 16A, com regulagem de 6A a 10A	6	UN	428,88	2.573,28
8	Disjuntor motor tripolar, curva “C”, de 20A, com regulagem de 9A a 14A	6	UN	357,25	2.143,50
9	Disjuntor motor tripolar, curva “C”, de 25A, com regulagem de 16A a 25A	6	UN	425,12	2.550,72
10	Disjuntor diferencial DR-16A, 30MA, monofásico, 220V	10	UN	175,32	1.753,20
11	Disjuntor diferencial DR-40A, 30MA, monofásico, 220V	10	UN	164,97	1.649,70
VALOR TOTAL DO GRUPO 06					R\$ 44.446,02

ITEM 07 – EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI

ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Transformador de corrente em epóxi de 150/5A, isolamento 600v, tipo janela	9	UN	183,77	1.653,93
2	Transformador de corrente em epóxi de 400/5A, isolamento 600v, tipo janela	6	UN	197,18	1.183,08
3	Transformador de corrente em epóxi de 500/5A, isolamento 600V, tipo janela	6	UN	205,42	1.232,52



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA

FLS. Nº 43

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

4	Transformador de comando, 50VA, com tensões de entrada 220/380/440V e tensões de saída 110/220V, isolamento 600V	3	UN	217,47	652,41
5	Transformador de comando, 200VA, com tensões de entrada 220/380/440V e tensões de saída 110/220V, isolamento 600V	3	UN	450,10	1.350,30
6	Transformador de comando, 500VA, com tensões de entrada 220/380/440V e tensões de saída 110/220V, isolamento 600V	3	UN	751,30	2.253,90
VALOR TOTAL DO GRUPO 07					R\$ 8.326,14

GRUPO 08 – EXCLUSIVO PARA ME, EPP E MEI

ITEM	MATERIAL	QNT.	UND.	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO ESTIMADO	PREÇO TOTAL MÁXIMO ESTIMADO
1	Bateria de carvão de 9V para instrumento (medidor de temperatura, alicate de medir ...)	100	UN	30,06	3.006,00
2	Bateria, 12 VCC, 23A, Alcalina, para controle remoto	200	UN	7,22	1.444,00
3	Bateria chumbo-ácida recarregável, selada, 12VCC, 4,2AH, 20H	2	UN	117,13	234,26
4	Bateria chumbo-ácida recarregável, automotiva , selada, 12VCC, 200AH	2	UN	2.291,51	4.583,02
5	Espuma selante expansiva em poliuretano em tubo spray de 500ml	200	TUBO	58,82	11.764,00
6	Desengripante e anticorrosivo a base de micro-óleo biodegradável em tubo spray de 300ml	50	TUBO	13,82	691,00
7	Limpa contato para recuperação da condutividade de conexões eletrônicas em tubo spray de 300ml	10	TUBO	39,69	396,90
8	Lanterna com iluminação por led branco composta por no mínimo 15 leds, com potência mínima de 1,5W, alimentação por bateria recarregável com conversor incorporado para alimentação em 220VCA, 50/60HZ	5	UN	78,40	392,00
9	Isolador de porcelana, tipo pino, classe 20KV	6	UN	91,30	547,80
10	Chave fusível unipolar 100A, 10KA, classe 15 KV, Tipo XS	6	UN	242,51	1.455,06
11	Lâmpada fluorescente HO de 110W, super 84	60	UN	29,31	1.758,60



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 44
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

12	Reator eletrônico, alto fator, 2x110W, para lâmpada fluorescente tipo HO.	30	UN	79,86	2.395,80
VALOR TOTAL DO GRUPO 08					R\$ 28.668,44
VALOR TOTAL DO CERTAME					R\$ 374.445,68

Local, data e assinatura
(nome da empresa e do seu representante legal, com a devida identificação e qualificação).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA
FLS. Nº 45
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2018-CPL/ALEMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4171/2018-ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO

Processo nº ____/2018-ALEMA
Contrato nº ____/2018

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO MARANHÃO E A EMPRESA
_____, NA FORMA ABAIXO:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, sediada à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Calhau, Palácio Manoel Beckman, São Luís/MA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 05.294.848/0001-94, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Presidente, Deputado _____, R.G. nº _____ SSP/____, CPF nº _____, e a empresa _____, com sede na _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu representante legal, _____, R.G. nº _____ SSP/____, CPF nº _____, têm, entre si, ajustado o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO**, resultante do **Pregão Presencial nº ____/2018-CPL/ALEMA**, formalizada nos autos do **Processo Administrativo nº ____/2018-ALEMA**, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 8.666/1993 e alterações posteriores, aplicando-se as demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto _____ Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

2.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA vinculam-se plenamente ao presente Contrato e aos documentos adiante enumerados colacionados ao Processo Administrativo nº ____/2018-ALEMA e que são partes integrantes deste instrumento, independente de transcrição:

- a) Termo de Referência;
- b) Edital do Pregão Presencial nº ____/2018-CPL/ALEMA.
- c) Proposta de Preços da CONTRATADA e demais documentos apresentados no procedimento da licitação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. O presente Contrato rege-se pelas seguintes normas:

- a) Constituição Federal de 1988;
- b) Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, subsidiariamente, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como suas alterações posteriores;
- c) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014, com o tratamento diferenciado previsto na Lei Estadual nº 9.529, de 23 de dezembro de 2011, e regulamentado pela Lei Estadual nº 10.403, de 29 de dezembro de 2015;
- d) Decreto Federal nº 3.555, de 08 de agosto de 2000;
- e) Resolução Administrativa nº 481, de 09 de maio de 2006;



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA

FLS. Nº 46

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

- f) Resolução Administrativa nº 788, de 16 de agosto de 2011;
- g) Edital do Pregão Presencial nº ____/2018-CPL/ALEMA e seus anexos;
- h) Demais normas regulamentares aplicáveis à matéria.

3.2. Na interpretação, integração, aplicação ou em casos de divergência entre as disposições deste Contrato e as disposições dos documentos que o integram, deverá prevalecer o conteúdo das cláusulas contratuais.

3.3. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/1993 e demais normas pertinentes às licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1. O valor total deste Contrato é de R\$ _____ (_____).

4.2. No valor acima estão incluídos todas os custos diretos e indiretos, tributos, contribuições, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O preço permanecerá fixo e irrevogável durante a vigência do presente Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária neste exercício de 2018: _____.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência deste Contrato será de _____ a partir de sua assinatura, condicionada sua eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado – DOE e no Diário Oficial da Assembleia Legislativa – DOAL.

6.2. O prazo de vigência expirará no final deste exercício, considerando o princípio da anualidade do orçamento previsto no art. 57, 'caput', da Lei Federal nº 8.666/1993, sem prejuízo da garantia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO DE ENTREGA

7.1. A CONTRATADA fica obrigada a entregar o objeto deste Contrato no prazo máximo de _____ dias consecutivos, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.1.1. O prazo de entrega poderá ser excepcionalmente prorrogado, desde que demonstrado o interesse público e a critério da CONTRATANTE, observado o disposto no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.1.2. Caso ocorra uma das hipóteses previstas no art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/1993, a prorrogação do prazo de entrega deverá ser solicitado e justificada pela CONTRATADA, ainda durante o decurso do prazo, para análise da CONTRATANTE.

7.1.3. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORNECIMENTO DO OBJETO

8.1. A CONTRATADA deverá fornecer o equipamento, observando os critérios de qualidade técnica, prazos, custos e demais indicativos previstos no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, atentando-se, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

8.2. A CONTRATADA apresentar no ato de entrega do equipamento Termo de Garantia do equipamento de no mínimo _____, contado da data do recebimento definitivo.

8.3. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE a data de entrega do equipamento, com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, observado o prazo de entrega, mediante contato com o Chefe do Núcleo de Almoxarifado na sede da Assembleia ou por meio dos telefones: (98) 3269-3411 e 3269-



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA

FLS. Nº 47

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

3407.

8.4. A entrega deverá ser efetuada nos dias e horários de expediente, no Núcleo de Almoxarifado da ALEMA, localizado no prédio sito à Av. Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Sítio Rangedor, COHAFUMA, Palácio Manoel Beckman, nesta Capital.

8.5. A CONTRATADA é responsável pelo transporte, montagem, teste e entrega do equipamento no local acima indicado, devendo arcar com as despesas da montagem no local indicado pela CONTRATANTE.

8.6. Não será aceito equipamento que apresente avarias de qualquer natureza, vícios de quantidade ou de qualidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado.

8.7. Não será aceito equipamento diferente das especificações estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O recebimento do equipamento será efetuado pelo Gestor do Contrato, observando os seguintes procedimentos:

I. Recebimento Provisório: o equipamento será recebido provisoriamente, quando da respectiva entrega, mediante recibo, para efeito de posterior verificação quanto à qualidade e conformidade do produto com as especificações constantes no Termo de Referência, na Proposta de Preços da CONTRATADA e na respectiva Ordem de Fornecimento, bem como atendimento das obrigações estipuladas neste Contrato;

II. Recebimento Definitivo: o equipamento será recebido definitivamente após a verificação quanto à qualidade e conformidade do produto, bem como o cumprimento do prazo de entrega, mediante ateste ou Termo de Recebimento Definitivo, que deverá ser expedido no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recibo que formalizar o recebimento provisório.

9.2. O recebimento provisório transfere para a CONTRATANTE a responsabilidade civil pela guarda do bem.

9.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil, nem a ético-profissional pela sua perfeita execução deste Contrato.

9.4. O aceite/aprovação do equipamento pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade e de qualidade do produto ou disparidades com as especificações estabelecidas no Edital, garantindo-se à ALEMA as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal nº 8.078/90 – *Código de Defesa do Consumidor*.

9.5. O Recebimento Definitivo é condição indispensável para o pagamento do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RECUSA E SUBSTITUIÇÃO DO OBJETO

10.1. A CONTRATADA deverá substituir o equipamento reprovado no recebimento provisório, vez que fornecido em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

10.2. Em caso de recusa do equipamento será lavrado o Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela CONTRATADA no prazo máximo de _____ dias consecutivos, contado do recebimento da Notificação (devolução).

10.3. A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos decorrentes da substituição, inclusive as despesas decorrentes da remoção e do transporte.

10.4. No ato de recebimento do novo equipamento, a Comissão realizará as verificações quanto aos critérios de qualidade técnica, prazos, custos e demais indicativos previstos no Termo de Referência, conforme Cláusula Nona deste Contrato.

10.5. Caso a substituição do equipamento recusado não ocorra no prazo determinado no item 10.2, a CONTRATADA ficará sujeita à aplicação de multa por atraso na entrega e demais sanções previstas neste Contrato e será considerada inexecução contratual.

CLÁUSULA ONZE – DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA

FLS. Nº 48

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

11.1. O presente Contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DOZE – DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

12.1. A CONTRATADA responderá solidariamente com os fornecedores do equipamento (fabricante, produtor ou importador) pelos vícios de qualidade e/ou quantidade que o torne irrecuperável, impróprio ou inadequado à utilização a que se destina ou que lhe diminua o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da embalagem/manual, aplicando-se as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor – Lei Federal nº 8.078/1990.

CLÁUSULA TREZE – DO PRAZO DE GARANTIA

13.1. O prazo de garantia será de no mínimo _____, a contar da data do recebimento definitivo.

CLÁUSULA QUATORZE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. A CONTRATADA, dentre outras obrigações definidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital e neste Contrato, obriga-se a:

14.2. Fornecer o objeto em até 45 dias (quarenta e cinco) a contar da data da assinatura da Ordem de Fornecimento.

14.3. Substituir o objeto, em caso de recusa ou defeito ou qualquer inadequação durante, o prazo de garantia em até 20 (vinte) dias a contar da notificação.

14.4. Prestar garantia mínima de 9 (nove) meses a contar do Termo de Recebimento.

14.5. Entregar catálogos e/ou documentação técnica sempre que solicitado.

14.6. Cumprir fielmente as condições exigidas para o fornecimento do objeto bem como aquelas constantes deste Termo de Referência e da Ordem de Fornecimento de Material.

14.7. Entregar o material no local, prazo e condições estabelecidas deste Termo, que é independentemente da transcrição parte integrante do Contrato/Ata de Registro de Preços/Ordem de Fornecimento.

14.8. Informar à ALEMA a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do fornecimento.

14.9. Atender a todos os prazos estabelecidos para o fornecimento de materiais sob pena da aplicação das sanções previstas na legislação.

14.10. Responder, integral e objetivamente, por perdas e danos que vier a causar à ALEMA ou a terceiros em razão de ação ou omissão, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita, bem como pela qualidade dos materiais fornecidos.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 49
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

14.11. Fornecer na oportunidade da contratação do material a documentação necessária que comprove a regularidade com a Seguridade Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, Fazendas Federal e Estadual, devidamente atualizados, consoante dispõe a Resolução Administrativa nº. 788/2011-G

14.12. Comprovar a regularidade do processo de produção dos produtos, **quando solicitado**, apresentando Certificado emitido pelo órgão competente (ANVISA, ABIC, MS, UI, CE, etc) no ato da entrega dos respectivos produtos, atendo ainda, às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

14.13. Nomear um preposto, aceito pela ALEMA, para representá-la durante o período de vigência do contrato.

14.14. Quando o limite do convite não for ultrapassado o termo do contrato poderá ser substituído por Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou outro documento hábil.

CLÁUSULA QUINZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. A contratante obriga-se a:

15.2. Fiscalizar a execução ao contrato respeitando todas as condições estabelecidas.

15.3. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado na execução do ajuste.

15.4. Fiscalizar para que durante a vigência do ajuste sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na Licitação.

15.5. Proporcionar todas as condições necessárias à execução do ajuste permitindo o acesso dos empregados do Contratado devidamente identificado, nas dependências da ALEMA, para entrega dos materiais, nos horários estabelecidos.

15.6. Designar o Gestor do Contrato.

15.7. Emitir a Ordem de Fornecimento sempre que entender necessário.

15.8. Efetuar o pagamento do material fornecido de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos.

15.9. Promover, por intermédio do Gestor do Contrato, a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto.

15.10. Fiscalizar para que sejam mantidas as condições de habilitação exigidas na fundamentação jurídica durante a execução do objeto.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA

FLS. Nº 50

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

15.11. Pagar o valor da Ordem de Fornecimento em moeda corrente nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento expresso pela Contratante, mediante apresentação da Fatura/Nota Fiscal e documento de recebimento definitivo, devidamente atestados pelo Gestor do Contrato.

15.11.1. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da sua reapresentação, devidamente regularizados.

15.11.2. Ocorrendo atraso no pagamento por culpa da ALEMA, o valor poderá ser atualizado monetariamente até a data de sua liquidação, observada a variação da SELIC, calculada taxa *pro-rata* dia.

CLÁUSULA DEZESSEIS – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. Durante a vigência deste Contrato, a execução do objeto será fiscalizada e acompanhada pelo Gestor do Contrato, designado pela CONTRATANTE, sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da Resolução Administrativa nº 788/2011-ALEMA, sendo as atividades listadas no artigo 21 da Resolução Administrativa nº 788/2011.

16.2. No ato da autorização da contratação, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão designará o Gestor do Contrato e seu substituto, mediante portaria ou outro documento, nos termos do artigo 20 da Resolução Administrativa nº 788/2011.

CLÁUSULA DEZESSETE – DA CONSULTA AO CADASTRO ESTADUAL DE INADIMPLENTES – CEI

17.1. A realização do pagamento fica condicionada à consulta prévia pela CONTRATANTE ao Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI para verificação da situação da CONTRATADA em relação às obrigações pecuniárias e não pagas, consoante determina o art. 6º da Lei Estadual nº 6.690/1996.

17.2. Constatada a existência de registro da CONTRATADA no CEI, a CONTRATANTE não realizará os atos previstos nesta Cláusula, ressalvadas as hipóteses estabelecidas no art. 7º, § 2º, da Lei Estadual nº 6.690/1996.

CLÁUSULA DEZOITO – DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data do recebimento definitivo, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura que será devidamente atestada no verso pela Comissão responsável pelo recebimento do bem, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Termo de Recebimento Definitivo;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- d) Certidões Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa, emitidas pela Fazenda Estadual;
- e) Certidões Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa, emitidas pela Fazenda Municipal;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- g) Certidão Negativa de Débito junto à Companhia de Águas e Esgotos do Estado do Maranhão – CAEMA, consoante determina o Decreto Estadual nº 15.394/97.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA

FLS. Nº 51

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

18.2. A Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pela Comissão responsável pelo recebimento do equipamento, que também deverá conferir toda a documentação constante no item 18.1.

18.3. Em caso de equívoco na Nota Fiscal, ausência, validade expirada ou qualquer outra irregularidade identificada nos documentos indicados no item 18.1, o Gestor do Contrato irá notificar a CONTRATADA para apresentação de novo documento. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a reapresentação do documento, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

18.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, diretamente na Conta Corrente indicada pela CONTRATADA.

18.5. A realização de pagamento fica condicionada à consulta prévia pela CONTRATANTE ao Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI, nos termos da Cláusula Vinte e Um deste Contrato.

18.6. A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

18.7. Caso o pagamento seja efetuado em data além do prazo estabelecido e desde que não tenha sido ocasionado direta ou indiretamente pela CONTRATADA e este tenha cumprido integralmente as obrigações contratuais, a CONTRATANTE fica sujeita ao pagamento do valor devido atualizado, até a data de sua liquidação, observada a variação da SELIC, calculada taxa *pro-rata* dia.

CLÁUSULA DEZENOVE – DAS ALTERAÇÕES

19.1. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA VINTE – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. No caso de inexecução, total ou parcial, dos serviços contratados, a CONTRATANTE poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 10.520/2002 e na Lei Federal nº 8.666/1993.

20.2. O atraso injustificado no cumprimento do prazo de entrega, do prazo de substituição do bem ou dos prazos de atendimento aos chamados técnicos, sujeitará a CONTRATADA as seguintes multas moratórias, assegurados o contraditório e ampla defesa:

- a) multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor unitário do equipamento, desde o segundo até o trigésimo dia;
- b) multa moratória de 0,06% (seis centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor unitário do equipamento, a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

20.3. Decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso na execução do objeto, a Nota de Empenho poderá ser cancelada e este Contrato rescindido, exceto se houver interesse justificado da Administração na manutenção da avença, sem prejuízo da CONTRATADA ser apenada na forma do item 20.2, alínea “b”.

20.4. Além das multas moratórias, a CONTRATANTE poderá aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA, assegurados o contraditório e ampla defesa, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato:

- a) advertência;
- b) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.5. As sanções previstas nas alíneas ‘a’, ‘c’ e ‘d’ poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea ‘b’.

20.6. Caberá ao Gestor do Contrato propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 52
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

20.7. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pela ALEMA.

20.8. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos ou cobrado diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

20.9. Nas hipótese da CONTRATADA deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução deste Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Maranhão e será descredenciada do sistema estadual de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em neste Contrato e das demais cominações legais, assegurados o contraditório e ampla defesa, consoante previsto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

CLÁUSULA VINTE E UM – DA RESCISÃO

21.1. A rescisão deste Contrato ocorrerá nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

21.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a CONTRATADA terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade da CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

21.3. A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

21.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da CONTRATADA, conforme o caso, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução do presente Contrato até a data da rescisão.

21.5. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – DAS COMUNICAÇÕES

22.1. Qualquer comunicação entre as partes a respeito deste Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – DA PUBLICAÇÃO

23.1. O extrato deste Contrato será publicado pela CONTRATANTE no Diário Oficial do Estado – DOE e no Diário Oficial da Assembleia Legislativa – DOAL, conforme dispõe o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO FORO

24.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, da Comarca da Capital São Luís, Estado do Maranhão, para dirimir toda e qualquer questão que derivar deste Contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também as subscrevem.

São Luís, _____ de _____ de 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 53
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

NOME DO PRESIDENTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA
FLS. Nº 54
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2018-CPL/ALEMA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4171/2018-ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 4171/2018
Pregão Presencial nº Y/2018
Ata de Registro nº _____

Órgão Gerenciador: Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão
Local de entrega: Conforme item __ do Termo de Referência.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, sediada à Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº, Palácio Manoel Beckman, Calhau, CEP nº 65.074-220, São Luís/MA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº 05.294.848/0001-94, doravante denominada ALEMA, neste ato representada por seu Presidente, Deputado _____, RG nº _____ SSP/____, CPF nº _____, com a interveniência da Comissão Permanente de Licitação – CPL enquanto ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE registrar os preços dos produtos propostos pela(s) empresa(s) abaixo qualificada(s), doravante denominada BENEFICIÁRIA DA ATA, considerando a homologação do Pregão Presencial nº Y/2018-CPL/ALEMA, formalizado nos autos do Processo Administrativo nº 4171/2018-ALEMA, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº 8.666/1993 RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário _____, localizado _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, representado pelo _____.

1. OBJETO

1. A presente ata tem por finalidade o Registro de Preço dos itens a seguir:

Item	Descrição do Item	Quantidade			Valor Unitário (R\$)
		Órgão Gerenciador	Total registrada e limite por adesão	Limite decorrente de adesões	
1					

2. DO CADASTRO DE RESERVA

1. Considerando a ordenação final das Propostas de Preços, as empresas abaixo relacionadas aceitaram cotar os bens com preços iguais ao da **BENEFICIÁRIA DA ATA**:

1º	EMPRESA: CNPJ: ENDEREÇO: REPRESENTANTE LEGAL: CPF Nº. RG Nº. DADOS BANCÁRIOS:	FONE:
----	---	-------



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA
FLS. Nº 55
PROC. Nº 3983/2018
RUBRICA: _____

2º	EMPRESA: CNPJ: ENDEREÇO: REPRESENTANTE LEGAL: CPF Nº. RG Nº. DADOS BANCÁRIOS:	FONE:
----	---	-------

3. DA VALIDADE DA ATA

1. O prazo de validade improrrogável da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contado da data da publicação, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

4. REVISÃO E CANCELAMENTO

1. A Administração, poderá realizar pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao fornecedor.

3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7. O Registro do fornecedor será cancelado quando:

7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 7.1, 7.2 e 7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta à CPL, conforme parâmetros contidos no item xxx do Edital do Pregão Presencial nº Y/2018



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

CPL/ALEMA

FLS. Nº 56

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

6. CONDIÇÕES GERAIS

1. As especificações técnicas constantes do Edital do Pregão Presencial n.º y/2018 e a proposta de preços integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

2. A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais da Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão e do Fornecedor Beneficiário.

São Luís, _____ de _____ de 2018.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
NOME DO PRESIDENTE

BENEFICIÁRIO DO REGISTRO
NOME DO BENEFICIÁRIO

TESTEMUNHAS:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CPL/ALEMA

FLS. Nº 57

PROC. Nº 3983/2018

RUBRICA: _____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2018-CPL/ALEMA
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4171/2018-ALEMA

ANEXO V

MINUTA DE ORDEM DE FORNECIMENTO

Processo nº 4171/2018
Pregão Presencial nº y/2018
Ata de Registro nº _____

Órgão Gerenciador: Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão

Local de entrega: Conforme item __ do Termo de Referência

Objeto: Fornecimento de materiais constantes da Ata de Registro de Preços nº xxxxx, conforme descrição e quantitativo abaixo discriminado:

DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO MATERIAL SOLICITADO

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	QUANT. SOLIC.	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
X	x	x	x	x	x
TOTAL					

VALOR: ____

NOTA DE EMPENHO: 20__NExxxxx, de __/__/____.

FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento pelo fornecimento desta Ordem será efetuado na forma e prazo constante da Cláusula __ do Termo de Referência – Anexo I, acostado à Ata de Registro de Preços nº ____.

PRAZO DE VIGÊNCIA DESTA ORDEM: ____ dias/horas.

PRAZO DE FORNECIMENTO: _____, conforme item __ do Termo de Referência, acostado à Ata de Registro de Preços nº ____.

São Luís/MA, ____ de _____ de ____.

Gestor da Ata de Registro de Preço

Diretor-Geral da Assembleia Legislativa do MA

De acordo
Contratada